



# CÓPIA

**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria de Estado de Administração**

**OFÍCIO Nº 874/2014/GAB/SAD**

Protocolo n.º: 389072/2014

Data: 16/07/2014 13:48

Governo do Estado de Mato Grosso

**AUDITORIA GERAL DO ESTADO**

Interessado(a): SAD - M1

Assunto: ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS

Resumo: REFERENTE AO OFÍCIO Nº 874/2014.

A Sua Excelência Senhor

Secretário Auditor-Geral do Estado

**S.º JOSÉ ALVES PEREIRA FILHO**

Auditoria-Geral do Estado de Mato Grosso

Setor : PROTOCOLO

Volume: 1 de 0



*Senhor Secretário Auditor - Geral do Estado,*

Ao tempo em que cumprimentamos, vimos por meio deste encaminhar a Vossa Excelência a presente consulta afeta ao pleito do Sindicato da Saúde e do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso – SISMA/MT – de pagamento da diferença de 30h para 40h dos plantões trabalhados pelos servidores da saúde em um período lacunoso, juntando-se cópia do Parecer de Auditoria n.º 375/2012 e relatório encaminhado pela Secretaria de Estado de Saúde – SES/MT contendo relação dos servidores e valores a serem devolvidos.

No período de maio a outubro de 2011, servidores cujas jornadas eram 30h, trabalharam em regime de plantão, cumprindo efetivamente jornada de 40h semanais.

A Lei n.º 8.269/2004 que regulamentava acerca do regime de plantão, no art. 37 e 38, instituía tabela para pagamento desses plantões, entretanto, essa tabela ficou obsoleta em maio de 2011 com a publicação da Lei n.º 9.538/2011, que fixou o subsídio da carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde e não tratou do referido pagamento.

Em outubro de 2011, houve grande mudança na sistemática do pagamento dos plantões com a publicação da Lei Complementar n.º 441/2011, que reestruturou a Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS da Secretaria de Estado de Saúde - SES do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, dispondo em seu art. 77 que entra em vigor na data de sua publicação com efeito financeiro a partir de 01 de maio de 2011.

À época, antes da publicação da LC 441/2011, a Administração pagou aos referidos servidores os plantões, consoante a regra estampada na Lei n.º 8.269/2004.



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**Secretaria de Estado de Administração**

Entretanto, considerando todo o exposto e as orientações contidas no Parecer de Auditoria n.º 375/2012, com a publicação da LC 441/2011, a Administração aplicou aos casos o novo regramento dos plantões trazido na nova lei, retroagindo-a de maio a outubro de 2011, o que causou prejuízos aos servidores, pois muitos sofreram o desconto abruptamente em seus subsídios.

Em respeito ao Parecer n.º 15/SGGP/2012, da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso, foi devolvidos a esses servidores o desconto no que diz respeito à quantidade de plantões realizados, sem, no entanto, ter sido analisada a questão da diferença de 30h para 40h dos mesmos plantões.

Desta forma, consulta-se:

Considerando que os referidos servidores cujas jornadas eram 30h, trabalharam em regime de plantão de 40h semanais, em cumprimento a escala formulada pelo Órgão, e ainda sob a égide da Lei n.º 8.269/2004;

Considerando os princípios da boa-fé, da vedação do trabalho gratuito, e da proibição do enriquecimento ilícito da Administração;

**É jurídico a retroação de dispositivos legais que tratam de remuneração de servidor para diminuí-la?**

**Em caso negativo, pode o Estado de ofício realizar a devolução dos valores descontados?**

Atenciosamente,

  
**Pedro Elias Domingos de Mello**  
Secretário de Estado de Administração





Governo do Estado de Mato Grosso  
Secretaria de Estado de Administração  
Gabinete do Secretário de Estado de Administração

OFÍCIO Nº 899/2014/GAB/SAD

Cuiabá/MT, 18 de julho de 2014.

Ao

Ilustríssimo Senhor  
JOSÉ ALVES PEREIRA FILHO  
Secretário Auditor Geral do Estado  
Auditoria Geral do Estado – AGE/MT  
N/E/S/T/A

Protocolo n.º: 395744/2014      Data: 18/07/2014 18:32  
Governo do Estado de Mato Grosso  
AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Interessado(a): SAD - MT  
Assunto: OFÍCIO  
Resumo: SOLICITA INFORMAÇÃO SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DOS SERVIDORES.

Sector : PROTOCOLO

Volume: 1 de 0




Senhor Secretário,

Ao tempo em que o cumprimentamos, formulamos a presente consulta, demonstrando nossa total preocupação com o cumprimento **da Lei de Responsabilidade Fiscal**, no que concerne as despesas de pessoal resultantes de alteração de carga horária dos servidores efetivos; de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas; com fulcro na Lei Complementar nº 338/2008.

A principal dúvida reside no fato de que, se essas alterações de carga horária já estiverem previstas e possuírem as correspondentes dotações orçamentárias, ainda assim configuraria desrespeito ao **Parágrafo Único do art. 21 da Lei Complementar nº 101/2000**.

Sendo para o momento, renovamos a Vossa Excelência nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

  
Pedro Elias Domingos de Mello  
Secretário de Estado de Administração



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Despacho	Protocolo	PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  Nº _____/2014.
Autor: PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº _____/2014.		

LEI COMPLEMENTAR Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2014.

Autor: Poder Executivo

Altera a Lei Complementar n.º 441, de 24 de outubro de 2011, que institui a Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS da Secretaria de Estado de Saúde - SES do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 45 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei complementar:

**Art. 1º** Esta lei complementar altera a Lei Complementar n.º 441, de 24 de outubro de 2011, que institui a Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS da Secretaria de Estado de Saúde - SES do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º** O *caput* do art. 45 da Lei Complementar n.º 441, de 24 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 45** Considera-se Jornada de Trabalho em Regime de Plantão, a jornada especial de trabalho executada em áreas específicas das unidades do Sistema Único de Saúde - SUS, pertencentes à estrutura da SES/MT e às unidades administradas com gestão por meio do comando único do SUS, as quais pela natureza de suas competências exijam a convocação de servidores para o trabalho, com finalidade de manter o funcionamento de suas atividades, em caráter ininterrupto e diurno de 24 (vinte e quatro) horas/dia, incluídos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, ou 12 (doze) horas/dia aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

**Art. 3º** Fica acrescentado o § 3º no art. 45 da Lei Complementar n.º 441, de 24 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

**Art. 45 (...)**

§ 3º Incluem-se na Jornada de Trabalho em Regime de Plantão, de 12 (doze) horas/dia aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos aos servidores lotados nas Unidades que



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

desenvolvem atividades finalísticas para o atendimento aos municípios que prestam assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

**Art. 4º** Os anexos II e III da Lei Complementar passam a vigorar, respectivamente, nos termos dos anexos I e II desta Lei Complementar.

Perfis

Auditor do SUS – no cargo de Profissional Técnico de Nível Superior em Serviços de Saúde do SUS;

Fiscal Sanitário - no cargo de Profissional Técnico de Nível Superior em Serviços de Saúde do SUS e no cargo de Profissional Técnico de Nível Médio em Serviços de Saúde do SUS

**Art. 5º** Ficam acrescentados os §§ 1º, 2º, 3º e 4º ao art. 9º da Lei Complementar n.º 441, de 24 de outubro de 2011, com a seguinte redação:

**§1º** **Digitar atribuições do Auditor do SUS (acrescentar o texto do proposto parágrafo terceiro do art. 69-B)**

**§ 2 e 3º** **Delimitar as atribuições dos perfis de fiscal sanitário de nível médio e de nível superior (acrescentar o texto do proposto parágrafo primeiro do art. 71-C)**

**§4º** **O Secretário de Estado de Saúde deverá designar, através de portaria, servidores da carreira do SUS, que possuam formação e capacitação específica, para desempenhar as atribuições concernentes aos perfis de Auditor do SUS e de Fiscal Sanitário de Nível Médio e de Nível Superior do SUS.**

**Art. 6º** Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, ... de ..... de 2014, 193º da Independência e 126º da República.

**SILVAL DA CUNHA BARBOSA**  
**Governador do Estado**